

Companhia Tecidos Santanense

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Submetemos, à sua apreciação, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes.

Contexto operacional de 2024

A Companhia tem apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia estava honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro o que impactou suas atividades operacionais. A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial.

A Santanense faturou R\$56,7 milhões no exercício de 2024. O quadro abaixo destaca os principais resultados em 2024 e 2023.

Destaques Financeiros Consolidados	R\$ mil	
	2024	2023
Receita bruta	56.740	122.448
Receita líquida	35.551	100.038
Custo dos produtos vendidos	(41.656)	(64.078)
Custo de ociosidade e outros	(45.050)	(66.309)
	-----	-----
Prejuízo bruto	(51.155)	(30.349)
(% sobre vendas líquidas)	-143,89%	-30,34%
	-----	-----
Resultado operacional	(108.131)	(67.694)
(% sobre vendas líquidas)	-304,2%	-67,7%
	-----	-----

Resultado operacional e EBITDA

O resultado operacional da Companhia foi impactado pela redução de suas operações.

Reconciliação EBITDA	R\$ mil	
	2024	2023
Lucro líquido	(161.364)	(94.606)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(4.027)	20
(+) Resultado financeiro	57.260	26.892
(+) Depreciação e amortização	9.887	10.767
EBITDA	(98.244)	(56.927)

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2024 foi uma despesa de R\$57,3 milhões, enquanto que em 2023 foi uma despesa de R\$26,9 milhões.

Resultado financeiro	R\$ mil	
	2024	2023
Juros e encargos financeiros	(37.831)	(42.390)
Juros sobre arrendamentos	(71)	(139)
Despesas bancárias, descontos	(6.443)	(16.723)
Receitas financeiras	17.481	34.329
Variações cambiais, líquidas	(30.396)	(1.969)
Resultado financeiro	(57.260)	(26.892)

Relacionamento com auditores independentes

Em 2024, a Santanense não contratou outros serviços dos auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Mercado de Capitais

O preço de fechamento das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, negociada na B3 sob os códigos CTSA3 e CTSA4, respectivamente, foram iguais a R\$ 1,65 e R\$ 0,80, com desvalorização de 68,4% e 63,3%, respectivamente, em relação ao preço de fechamento do ano de 2023, enquanto o índice IBOVESPA teve desvalorização de 10,5% e o índice Small Cap apresentou desvalorização de 25,0%, no mesmo período.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial (“CTNM”) e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a CTNM e outras empresas do Grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela AMMO Varejo S.A. - em recuperação judicial (“AMMO”) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretenderia executar as ações de emissão da AMMO, de titularidade da Coteminas S.A. - em recuperação judicial (“CSA”), e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

<u>Classe de crédito (lei 11.101/2005)</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Trabalhista	20.240	20.240
Quirografário	190.866	190.879
ME e EPP	2.238	2.238
Não sujeito	59.692	59.692
Fiscal	86.634	86.657
	-----	-----
	359.670	359.706
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundos de investimento para viabilizar o pagamento de parte dos credores.

A segunda lista de credores consolidada da Companhia e demais empresas do Grupo foi publicada em 19 de fevereiro de 2025 no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.101/2005. Oportunamente, a Administração Judicial apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Em 09 de maio de 2025 foi publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a convocação da assembleia geral de credores ("AGC") para realização, em ambiente virtual, nos dias 12 de junho de 2025 (1ª convocação) e 26 de junho de 2025 (2ª convocação).

Em continuidade a AGC instalada em 26 de junho de 2025, foi realizada assembleia em 07 de agosto de 2025. Dentre os assuntos em pauta, foram explanados maiores detalhes sobre a atualização do PRJ, que foi apresentado nos autos em 31 de julho de 2025. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 12 de setembro de 2025.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando positivamente nas negociações com seus credores. Desta forma, em 12 de setembro de 2025, devido à complexidade jurídica envolvida no plano, foi deliberado o adiamento dos trabalhos, com a suspensão e remarcação da AGC para o dia 13 de novembro de 2025.

Em 13 de novembro de 2025, considerando que as tratativas com os credores vinham evoluindo de forma favorável, tornou-se necessária uma nova suspensão da AGC, a fim de possibilitar a conclusão das negociações em andamento. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 5 de dezembro de 2025.

Eventos subsequentes

Repactuação de empréstimos e financiamentos

Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 22. **EVENTOS SUBSEQUENTES** das Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2024. As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nestas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Entre janeiro e junho de 2025, a Companhia repactou dívidas no montante de aproximadamente R\$ 1,8 milhão com Banco Industrial do Brasil.

Em junho de 2025, a Companhia quitou R\$ 5,1 milhões em empréstimos com o Banco Fibra, através de mútuo com a Coteminas S.A. que realizou dação de imóvel para quitação de empréstimos do Grupo.

Em setembro de 2025, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos com o Banco ABC no montante de R\$17,3 milhões.

Outros eventos

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de março de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 4 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

Itaúna – MG, 28 de novembro de 2025.

A Administração

Companhia Tecidos Santanense

(em recuperação judicial)

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores
Independentes Ltda.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Tecidos Santanense - em Recuperação Judicial
Itaúna - MG

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas da Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 8 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que ajuizou pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 26 de julho de 2024. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia apresentou o plano de recuperação judicial em 26 de setembro de 2024, contendo o

detalhamento dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas para retomada das operações e geração de caixa. Até a presente data, o plano de recuperação judicial ainda não foi aprovado pelos credores, permanecendo em fase de discussão. Em 09 de maio de 2025, foi publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a convocação da Assembleia Geral de Credores, cujas sessões ocorreram entre os meses de junho e novembro de 2025. Considerando a complexidade jurídica envolvida nas tratativas, os trabalhos da referida assembleia foram suspensos e remarcados para o dia 5 de dezembro de 2025, quando está prevista a continuidade das deliberações acerca do plano de recuperação judicial. Adicionalmente, a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 161.364 mil em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 287.289 mil na controladora e R\$ 287.360 mil no consolidado, respectivamente.

2. Considerando as incertezas relacionadas acima, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Companhia e sua controlada é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos (individuais e consolidados) dos ativos (financeiros e não financeiros), passivos e elementos componentes das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto.
3. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram indicação de que os valores contábeis dos seguintes ativos poderiam exceder seus valores recuperáveis líquidos: imobilizado e partes relacionadas, cujos saldos consolidados, em 31 de dezembro de 2024, montam a R\$ 82.269 mil e R\$ 271.892 mil, respectivamente. Devido à ausência de premissas observáveis no teste do valor recuperável, como requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", bem como considerando o cenário descrito no parágrafo anterior, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais perdas por redução ao valor recuperável nos referidos ativos, tampouco seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024.
4. Conforme descrito nas notas explicativas nº 5.a e nº 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, estoques, custo dos produtos vendidos e custos com ociosidade no valor de R\$ 87.077 mil, R\$ 41.656 mil e R\$ 45.050 mil, respectivamente. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas evidências de auditoria suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5. Conforme descrito nas rubricas Fornecedores (nota explicativa nº 10) e Obrigações Sociais e Trabalhistas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, os montantes de R\$ 87.479 mil e R\$ 34.521 mil, respectivamente. Devido à ausência de evidências de auditoria suficientes e apropriadas, bem como considerando o cenário da Recuperação Judicial descrito no parágrafo 1, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais ajustes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e nº 16 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, Empréstimos e financiamentos e Provisões Diversas no valor de R\$ 239.204 mil e R\$ 35.490 mil, respectivamente. Devido ao não recebimento da totalidade das confirmações externas de instituições financeiras e assessores jurídicos, bem como considerando o cenário da Recuperação Judicial descrito no parágrafo 1, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais ajustes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas – informação suplementar

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, as Demonstrações, individuais e consolidadas, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Saldos iniciais

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório de auditoria, com abstenção de opinião referente a (i) Plano de Recuperação Judicial e valor recuperável de ativos, (ii) Impostos devidos e parcelamentos, (iii) Obrigações Fiscais e Sociais, (iv) Custos dos produtos vendidos, custo de ociosidade e outros, em 02 de dezembro de 2024

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.



Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 28 de novembro de 2025.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0

Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.362	27.585	3.363	27.586
Duplicatas a receber	4	6.601	38.456	6.601	38.456
Estoques	5.a	87.077	51.740	87.077	51.740
Adiantamentos a fornecedores	5.b	2.622	1.491	2.622	1.491
Impostos a recuperar	14.c	11.414	8.200	11.414	8.200
Outros créditos a receber		3.426	4.692	3.449	4.715
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		114.502	132.164	114.526	132.188
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Depósitos judiciais	16	7.868	7.712	7.868	7.712
Partes relacionadas	13	271.896	222.190	271.892	222.190
Outros créditos a receber		-	12.773	-	12.773
Impostos a recuperar	14.c	24.410	29.783	24.410	29.783
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	26.594	36.217	26.594	36.217
		-----	-----	-----	-----
		330.768	308.675	330.764	308.675
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	6	72.764	72.809	-	-
Propriedades para investimento	7	67.385	-	145.395	78.010
Outros investimentos		175	175	175	175
Imobilizado	8	82.269	100.304	82.269	100.304
Direitos de uso	9	-	920	-	920
Intangível		2	4	2	4
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		553.363	482.887	558.605	488.088
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		667.865	615.051	673.131	620.276
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	11	205.970	177.196	205.970	177.196
Fornecedores	10	87.464	50.184	87.479	50.186
Obrigações sociais e trabalhistas		34.521	14.189	34.521	14.189
Impostos e taxas		3.175	88	3.232	125
Dividendos a pagar	12.b	852	852	852	852
Imposto de renda e contribuição social		-	-	23	15
Arrendamentos a pagar	15	-	769	-	769
Impostos devidos e parcelamentos	14.d	25.392	20.325	25.392	20.325
Outras contas a pagar		44.417	4.788	44.417	4.788
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		401.791	268.391	401.886	268.445
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	11	33.234	35.983	33.234	35.983
Arrendamentos a pagar	15	-	222	-	222
Partes relacionadas	13	-	-	5	5
Provisões diversas	16	35.490	20.079	35.490	20.079
Provisão para impostos diferidos	14.b	-	-	5.166	5.166
Impostos devidos e parcelamentos	14.d	88.734	69.529	88.734	69.529
Outras obrigações		9.513	4.082	9.513	4.082
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		166.971	129.895	172.142	135.066
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	12				
Capital realizado		180.000	180.000	180.000	180.000
Reservas de lucros		-	8.511	-	8.511
Ajuste de avaliação patrimonial		71.723	28.022	71.723	28.022
Ajuste acumulado de conversão		233	232	233	232
Prejuízos acumulados		(152.853)	-	(152.853)	-
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		99.103	216.765	99.103	216.765
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e patrimônio líquido		667.865	615.051	673.131	620.276
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	35.551	100.038	35.551	100.038
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	20	(41.656)	(64.078)	(41.656)	(64.078)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS	20	(45.050)	(66.309)	(45.050)	(66.309)
PREJUÍZO BRUTO		(51.155)	(30.349)	(51.155)	(30.349)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	20	(6.578)	(11.038)	(6.578)	(11.038)
Gerais e administrativas	20	(17.774)	(20.561)	(17.789)	(20.592)
Honorários da administração	20	(2.228)	(3.304)	(2.228)	(3.304)
Equivalência patrimonial em controladas	6	(46)	665	-	-
Variação do valor justo de propriedades para investimento	7	-	-	-	1.092
Outras, líquidas		(30.371)	(3.219)	(30.381)	(3.503)
RESULTADO OPERACIONAL		(108.152)	(67.806)	(108.131)	(67.694)
Despesas financeiras – juros e encargos		(37.824)	(42.298)	(37.831)	(42.390)
Juros sobre arrendamentos	15	(71)	(139)	(71)	(139)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(6.429)	(16.722)	(6.443)	(16.723)
Receitas financeiras		17.481	34.328	17.481	34.329
Variações cambiais, líquidas		(30.396)	(1.969)	(30.396)	(1.969)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(165.391)	(94.606)	(165.391)	(94.586)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	14.a	-	-	-	(9)
Diferido	14.a	4.027	-	4.027	(11)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(161.364)	(94.606)	(161.364)	(94.606)
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ações ordinárias – R\$	21	(5,4411)	(3,1901)		
Ações preferenciais – R\$	21	(5,9853)	(3,5091)		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(161.364)	(94.606)
Outros resultados abrangentes--		
- Itens que impactarão o resultado:		
Variação cambial sobre investimento no exterior	1	21
	1	21
- Itens que não impactarão o resultado:		
Avaliação inicial de propriedades para investimento	37.851	-
Ajuste de alíquota efetiva de impostos sobre mais valia	5.850	-
	43.701	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(117.662)	(94.585)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
		Benefícios fiscais	Legal	Lucros a realizar					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	180.000	57.191	17.596	1.469	25.949	28.934	211	-	311.350
Alienação de propriedades para investimento	-	-	-	-	-	(912)	-	912	-
Resultado abrangente:									
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(94.606)	(94.606)
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	21	-	21
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	21	(94.606)	(94.585)
Contribuição dos acionistas:									
Absorção do prejuízo líquido do exercício	-	(57.191)	(9.085)	(1.469)	(25.949)	-	-	93.694	-
Total da contribuição dos acionistas:	-	(57.191)	(9.085)	(1.469)	(25.949)	-	-	93.694	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	180.000	-	8.511	-	-	28.022	232	-	216.765

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajuste acumulado de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	180.000	8.511	28.022	232	-	216.765
Resultado abrangente:						
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(161.364)	(161.364)
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	1	-	1
Avaliação inicial de propriedades para investimento (nota 7.3)	-	-	37.851	-	-	37.851
Ajuste de alíquota efetiva de impostos sobre mais valia (nota 14.b)	-	-	5.850	-	-	5.850
Total do resultado abrangente	-	-	43.701	1	(161.364)	(117.662)
Contribuição dos acionistas:						
Absorção do prejuízo líquido do exercício	-	(8.511)	-	-	8.511	-
Total da contribuição dos acionistas:	-	(8.511)	-	-	8.511	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	180.000	-	71.723	233	(152.853)	99.103
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(161.364)	(94.606)	(161.364)	(94.606)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	9.887	10.767	9.887	10.767
Equivalência patrimonial	46	(665)	-	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	814	-	814	-
Resultado na alienação de ativos permanentes	(1.961)	553	(1.961)	837
Variação do valor justo de propriedades para Investimento	-	-	-	(1.092)
Imposto de renda e contribuição social	(4.027)	-	(4.027)	20
Recuperação de impostos	-	(10.074)	-	(10.074)
Juros e encargos, líquidos	25.741	22.847	25.761	22939
Juros sobre arrendamentos	71	139	71	139
Variações cambiais	30.396	1.969	30.396	1.969
Provisão para perdas com créditos de clientes	1.726	124	1.726	124
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	15.411	15.859	15.411	15.859
	<u>(83.260)</u>	<u>(53.087)</u>	<u>(83.286)</u>	<u>(53.118)</u>
Variações nas contas de ativos e passivos				
Duplicatas a receber	31.163	9.840	31.163	9.840
Estoques	(35.337)	(4.248)	(35.337)	(4.248)
Adiantamentos a fornecedores	(1.131)	(781)	(1.131)	(781)
Impostos a recuperar	2.159	(10.233)	2.159	(10.233)
Fornecedores	35.823	11.177	35.836	11.177
Outros	89.481	21.698	89.491	21.603
	<u>38.898</u>	<u>(25.634)</u>	<u>38.895</u>	<u>(25.760)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos				
Juros pagos sobre empréstimos	(3.375)	(20.288)	(3.375)	(20.288)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(825)	(7.263)	(826)	(7.264)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(13)
	<u>34.698</u>	<u>(53.185)</u>	<u>34.694</u>	<u>(53.325)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos				
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(313)	(973)	(313)	(973)
Recebimento pela venda de ativos permanentes	1.983	421	1.983	1.012
Empréstimos entre partes relacionadas	(53.805)	10.045	(53.801)	9.526
	<u>(52.135)</u>	<u>9.493</u>	<u>(52.131)</u>	<u>9.565</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento				

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	21.129	122.305	21.129	122.305
Liquidação de empréstimos	(27.377)	(76.578)	(27.377)	(76.578)
Liquidação de arrendamentos	(538)	(1.114)	(538)	(1.114)
Dividendos pagos	-	(136)	-	(136)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(6.786)	44.477	(6.786)	44.477
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira	-	-	-	(3)
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(24.223)	785	(24.223)	714
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	27.585	26.800	27.586	26.872
No fim do exercício	3.362	27.585	3.363	27.586
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(24.223)	785	(24.223)	714
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	47.400	118.965	47.400	118.965
Provisão para perdas com créditos de clientes	(1.726)	(124)	(1.726)	(124)
Resultado na alienação de ativos permanentes	1.961	(553)	1.961	(837)
Recuperação de impostos	-	10.074	-	10.074
	-----	-----	-----	-----
	47.635	128.362	47.635	128.078
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(22.302)	(48.609)	(22.302)	(48.609)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(76.289)	(78.294)	(76.313)	(78.299)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	-	1.092
	-----	-----	-----	-----
	(98.591)	(126.903)	(98.615)	(125.816)
VALOR ADICIONADO BRUTO	-----	-----	-----	-----
	(50.956)	1.459	(50.980)	2.262
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(9.887)	(10.767)	(9.887)	(10.767)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	-----	-----	-----	-----
	(60.843)	(9.308)	(60.867)	(8.505)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(46)	665	-	-
Receitas financeiras	17.481	34.328	17.481	34.329
Variação cambial ativa	1.276	(1.424)	1.276	(1.424)
	-----	-----	-----	-----
	18.711	33.569	18.757	32.905
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	-----	-----	-----	-----
	(42.132)	24.261	(42.110)	24.400
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	43.326	61.711	43.326	61.711
Impostos, taxas e contribuições	5.531	13.278	5.546	13.325
Remuneração de capitais de terceiros	70.375	43.878	70.382	43.970
Remuneração de capitais próprios	(161.364)	(94.606)	(161.364)	(94.606)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	-----	-----	-----	-----
	(42.132)	24.261	(42.110)	24.400

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4”. A Companhia é controlada pela Oxford Comércio e Participações S.A. – em recuperação judicial (“Oxford”) e sediada na rua Doutor Alcides Gonçalves, número 1.500, em Itaúna, MG.

A Companhia e a controlada Santanense Argentina S.A. têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia possui ainda a controlada operacional, Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial, cujo objetivo é a administração de imóveis para investimento.

A Companhia tem apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia estava honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro o que impactou suas atividades operacionais.

A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial (“CTNM”) e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a CTNM e outras empresas do Grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela AMMO Varejo S.A. - em recuperação judicial (“AMMO”) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia excutir as ações de emissão da AMMO, de titularidade da Coteminas S.A. - em recuperação judicial (“CSA”), e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

<u>Classe de crédito (Lei 11.101/2005)</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Trabalhista	20.240	20.240
Quirografário	190.866	190.879
ME e EPP	2.238	2.238
Não sujeito	59.692	59.692
Fiscal	86.634	86.657
	-----	-----
	359.670	359.706
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundos de investimento para viabilizar o pagamento de parte dos credores.

A segunda lista de credores consolidada da Companhia e demais empresas do Grupo foi publicada em 19 de fevereiro de 2025 no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.101/2005. Oportunamente, a Administração Judicial apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Em 09 de maio de 2025 foi publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a convocação da assembleia geral de credores ("AGC") para realização, em ambiente virtual, nos dias 12 de junho de 2025 (1ª convocação) e 26 de junho de 2025 (2ª convocação).

Em continuidade a AGC instalada em 26 de junho de 2025, foi realizada assembleia em 07 de agosto de 2025. Dentre os assuntos em pauta, foram explanados maiores detalhes sobre a atualização do PRJ, que foi apresentado nos autos em 31 de julho de 2025. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 12 de setembro de 2025.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando positivamente nas negociações com seus credores. Desta forma, em 12 de setembro de 2025, devido à complexidade jurídica envolvida no plano, foi deliberado o adiamento dos trabalhos, com a suspensão e remarcação da AGC para o dia 13 de novembro de 2025.

Em 13 de novembro de 2025, considerando que as tratativas com os credores vinham evoluindo de forma favorável, tornou-se necessária uma nova suspensão da AGC, a fim de possibilitar a conclusão das negociações em andamento. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 5 de dezembro de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de novembro de 2025.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros.

Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não

derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(j) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(k) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (Pequena Central Hidroelétrica)	25 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(l) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros-- Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(q) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(t) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(u) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(v) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c e nº 4), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.k e nº 8), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.n, nº 5.a, nº 8 e nº 9), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.j e nº 7), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.r e nº 16), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.o e nº 14), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 17) e outras similares.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2024, de R\$0,0060 (R\$0,0060 em 31 de dezembro de 2023) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Impactos</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória em 2026 e 2027. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Norma IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As alterações visam promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Estamos avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósitos bancários	2.209	5.067	2.209	5.067
Operações compromissadas (*)	50	21.690	50	21.690
Depósitos no exterior	-	-	1	1
Bloqueios judiciais	1.103	828	1.103	828
	-----	-----	-----	-----
	3.362	27.585	3.363	27.586
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras correspondem a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Cientes no mercado interno	22.347	40.894
Cientes no mercado externo	6.607	18.189
	-----	-----
	28.954	59.083
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(22.353)	(20.627)
	-----	-----
	6.601	38.456
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 42 dias (76 dias em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 1.126 clientes ativos em 31 de dezembro de 2024 e apenas quatro clientes representam historicamente mais de 4% da receita de vendas ou do contas a receber.

Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
A vencer	2.172	25.377
Vencidas até 30 dias	1.895	2.807
Vencidas de 31 a 60 dias	1.101	902
Vencidas de 61 a 90 dias	299	2.081
Vencidas de 91 a 180 dias	683	3.748
Vencidas acima de 180 dias	22.804	24.168
	-----	-----
	28.954	59.083
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2024, considerando as informações subsequentes à essa data até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(20.627)	(20.602)
Adições	(1.726)	(124)
Variação cambial	-	99
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(22.353)	(20.627)
	=====	=====

5. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Matérias-primas e secundários	35.466	9.408
Produtos em elaboração	10.207	14.625
Produtos acabados	22.859	8.797
Peças de reposição	18.545	18.910
	-----	-----
	87.077	51.740
	=====	=====

Os grupos de estoques de matéria prima, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício e não são considerados no custo de produção.

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2025	2.622	1.491	2.622	1.491
	=====	=====	=====	=====

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
				2024	2023	2024	2023
Santanense Empreendimentos	72.767	100	(46)	72.767	72.813	(46)	665
Santanense Argentina S.A.	(3)	100	-	(3)	(4)	-	-
				-----	-----	-----	-----
				72.764	72.809	(46)	665
				=====	=====	=====	=====

	2023	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	2024
Santanense Empreendimentos	72.813	(46)	-	72.767
Santanense Argentina S.A.	(4)	-	1	(3)
	-----	-----	-----	-----
	72.809	(46)	1	72.764
	=====	=====	=====	=====

	2022	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Dividendos	2023
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	73.465	665	-	(1.317)	72.813
Santanense Argentina S.A.	(25)	-	21	-	(4)
	-----	-----	-----	-----	-----
	73.440	665	21	(1.317)	72.809
	=====	=====	=====	=====	=====

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	2024				2023
	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Usinas (3) (*)	Total	Total
Custo residual do imóvel	1.250	-	10.035	11.285	1.250
Mais valia apurada	76.000	760	57.350	134.110	76.760
	-----	-----	-----	-----	-----
Valor justo	77.250	760	67.385	145.395	78.010
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Saldos mantidos pela controladora.

A movimentação dos saldos de propriedades para investimento é conforme segue:

	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Usinas (3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	76.177	1.493	-	77.670
Baixas	(4)	(748)	-	(752)
Varição do valor justo (a)	1.077	15	-	1.092
Saldos em 31 de dezembro de 2023	77.250	760	-	78.010
Transferência do Imobilizado	-	-	10.035	10.035
Avaliação inicial a valor justo (b)	-	-	57.350	57.350
Saldos em 31 de dezembro de 2024	77.250	760	67.385	145.395

(a) Valores lançados no resultado do respectivo exercício

(b) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

A Companhia obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Imóveis Itaúna: A controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. possui terrenos mantidos para valorização e assim são compostos:

	2024	2023
Custo residual do imóvel	1.250	1.250
Mais valia apurada (a)	76.000	76.000
Valor justo (b)	77.250	77.250

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$5.115 (R\$5.115 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. Para 2024, a Companhia não identificou indícios de deteriorização ou mudança relevante no valor justo apurado no laudo anterior.

(2) Outros imóveis: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento e são assim compostos:

	2024	2023
Custo residual do imóvel	-	-
Mais valia apurada (a)	760	760
	-----	-----
Valor justo (b)	760	760
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$51 (R\$51 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. Para 2024, a Companhia não identificou indícios de deteriorização ou mudança relevante no valor justo apurado no laudo anterior.

(3) Usinas (Companhia): Em agosto de 2024, considerando a estratégia operacional da Companhia, a administração destinou os imóveis das usinas em Pará de Minas, Itaúna e Conceição do Pará, antes registrados como imobilizado a custo, para propriedades para investimento, mensurado a valor justo. Os valores apurados foram os seguintes:

	2024
Custo residual do imóvel	10.035
Mais valia apurada (a)	57.350

Valor justo (b)	67.385
	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$13.650. Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2024. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

8. IMOBILIZADO

	Controladora e consolidado				
	Taxa (*) %	2024		2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	856	-	856	949
Edifícios	2,5	54.284	(30.102)	24.182	25.386
Instalações	6,7	57.507	(41.217)	16.290	18.592
Máquinas e equipamentos	6,1	163.804	(126.816)	36.988	42.674
Usina hidroelétrica	-	-	-	-	10.322
Móveis, utensílios e outros	3,7	11.033	(8.686)	2.347	1.000
Obras em andamento	-	1.606	-	1.606	1.381
		-----	-----	-----	-----
		289.090	(206.821)	82.269	100.304
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista a expectativa de regularização de suas atividades e geração de caixa, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Usina hidro- elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em anda- mento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	950	26.571	20.887	48.055	10.907	1.321	1.006	109.697
Adições	-	-	-	13	103	25	832	973
Baixas líquidas	(1)	-	(41)	(331)	(105)	(44)	-	(522)
Transferências								
- Imobilizado	-	16	79	361	-	1	(457)	-
Depreciação do exercício	-	(1.201)	(2.333)	(5.424)	(583)	(303)	-	(9.844)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2023	949	25.386	18.592	42.674	10.322	1.000	1.381	100.304
Adições	-	-	5	53	20	8	227	313
Baixas líquidas	(14)	-	-	-	-	(8)	-	(22)
Provisão para desvalorização de ativos	-	(48)	-	(397)	-	(369)	-	(814)
Transferências								
- Imobilizado	1	-	1	-	-	-	(2)	-
- Propriedades para investimento	(80)	-	-	-	(9.955)	-	-	(10.035)
Bens recebidos em comodato	-	-	-	-	-	2.000	-	2.000
Depreciação do exercício	-	(1.156)	(2.308)	(5.342)	(387)	(284)	-	(9.477)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2024	856	24.182	16.290	36.988	-	2.347	1.606	82.269
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Obras em andamento correspondem principalmente a modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2024, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$814. O saldo da provisão para perda é considerado pela Administração, suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes ativos.

9. DIREITOS DE USO

A composição dos direitos de uso sobre arrendamentos contratados é como segue:

	Taxa (*) % a.a.	Controladora e consolidado			
		2024		2023	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	-	-	-	-	878
Veículos	-	-	-	-	42
		-----	-----	-----	-----
		-	-	-	920
		=====	=====	=====	=====

(*) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos consolidados dos direitos de uso no exercício foi como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.620	208	1.828
Adições (1)	-	84	84
Amortização do exercício	(742)	(250)	(992)
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2023	878	42	920
Adições (1)	1.303	-	1.303
Baixas, liquidadas (2)	(1.733)	-	(1.733)
Amortização do exercício	(448)	(42)	(490)
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercado interno	87.250	47.869	87.264	47.869
Mercado externo	4.134	3.233	4.136	3.235
Empresas associadas:				
Mercado externo	2.349	1.836	2.349	1.836
	-----	-----	-----	-----
Total	93.733	52.938	93.749	52.940
Circulante	(87.464)	(50.184)	(87.479)	(50.186)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante (a)	6.269	2.754	6.270	2.754
	=====	=====	=====	=====

(a) Incluída na rubrica “Outras obrigações”.

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 395 dias (40 dias em 31 de dezembro 2023).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2024	2023
Moeda nacional:					
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	R\$	4,9 + CDI	2026	20.541	17.767
Banco Safra S.A. – CCB	R\$	6,2 e 6,5 + CDI	2029	20.259	17.631
Banco do Brasil S.A. – CCB (a) (1) (2)	R\$	100,0 do CDI	2033	20.550	18.448
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	3,0 + CDI	2029	4.796	1.525
Banco Sofisa S.A. – CCB	R\$	100,0 do CDI	2029	4.100	9.585
Banco BOCOM BBM – CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	7.665	6.441
Banco ABC do Brasil – CCB	R\$	3,9 + CDI	2026	5.932	6.967
Banco Industrial do Brasil S.A. - CCB	R\$	9,0 + CDI	2025	-	24.641
Banco ABC do Brasil – CCE	R\$	155,0 do CDI	2027	6.839	5.864
FIDC da Indústria Exodus Institucional	R\$	16,8 + CDI	2025	3.500	-
Outros	R\$	-	2025	1.532	1.004
				-----	-----
				95.714	109.873
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A.	US\$	12,0	2025	2.094	2.436
TopFashion Business Co, Ltd. (b) (1) (2)	US\$	3,8 + SOFR	2026	140.137	100.870
Banco ABC do Brasil S.A. – ACC	US\$	11,5	2025	1.259	-
				-----	-----
				143.490	103.306
Total					
Circulante				239.204	213.179
				-----	-----
				(45.283)	(61.794)
				-----	-----
Não circulante				193.921	151.385
				=====	=====

(1) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$160.687, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024. Os valores reclassificados foram como segue:

	Controladora e consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	45.283	160.687	205.970
Não circulante	193.921	(160.687)	33.234
Total dos Empréstimos	239.204	-	239.204
	=====	=====	=====

(2) Em 31 de dezembro 2023, diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos a esse empréstimo, a Companhia apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

	Controladora e consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	61.794	115.402	177.196
Não circulante	151.385	(115.402)	35.983
Total dos Empréstimos	213.179	-	213.179
	=====	=====	=====

(a) Empréstimo com cláusula de vencimento antecipado, onde a Springs Global Participações S.A. ("SGPSA"), na condição de avalista, comprometeu-se a atingir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimo com cláusula de vencimento antecipado, onde a Companhia comprometeu-se a atingir alguns covenants operacionais na vigência do contrato de empréstimo. A SOFR (Secured Overnight Financing Rate) é uma taxa de financiamento utilizada em captações de recursos garantidos por títulos do governo dos Estados Unidos (US Treasury bonds).

Os empréstimos são garantidos por aval, duplicatas a receber e imóveis.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2033	Total
Moeda nacional:						
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	14.037	6.504	-	-	-	20.541
Banco Safra S.A. – CCB	5.658	4.493	4.867	4.492	749	20.259
Banco do Brasil S.A. – CCB	-	1.686	-	-	18.864	20.550
Banco Fibra S.A. – CCE	670	1.179	1.179	1.179	589	4.796
Banco Sofisa S.A. – CCB	122	1.015	1.015	933	1.015	4.100
Banco BOCOM BBM – CCB	7.665	-	-	-	-	7.665
Banco ABC do Brasil – CCB	4.298	1.634	-	-	-	5.932
Banco ABC do Brasil – CCE	4.448	2.207	184	-	-	6.839
FIDC da Indústria Exodus Institucional	3.500	-	-	-	-	3.500
Outros	1.532	-	-	-	-	1.532
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	41.930	18.718	7.245	6.604	21.217	95.714
Moeda estrangeira:						
Banco Industrial do Brasil S.A.	2.094	-	-	-	-	2.094
Topfashion Business Co., Ltd.	-	140.137	-	-	-	140.137
Banco ABC do Brasil S.A. – ACC	1.259	-	-	-	-	1.259
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	3.353	140.137	-	-	-	143.490
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	45.283	158.855	7.245	6.604	21.217	239.204
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº 22.a às demonstrações financeiras.

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	213.179	159.059
Novas captações ou renovações	21.129	122.073
Juros provisionados	25.216	27.270
Amortização de principal	(27.377)	(76.578)
Pagamento de juros	(3.375)	(20.288)
Varição cambial	30.215	1.411
Encargos antecipados	-	232
Dação de imóveis em pagamento (1) (2)	(19.783)	-
	-----	-----
Saldo no final do exercício	239.204	213.179
	=====	=====

(1) Em março de 2024, a Companhia e a CSA entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de seus empréstimos com o Banco Sofisa (sendo R\$6.905 da Companhia), via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (CSA e Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial).

(2) Em maio de 2024, a Companhia em conjunto com a controladora indireta CTNM e CSA, entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de seus empréstimos com o Banco Industrial do Brasil, no valor total de R\$64.340 (sendo R\$12.878 da Companhia), via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em recuperação judicial e Seda S.A.).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2024	2023
Ordinárias	9.510.277	9.510.277
Preferenciais:		
PN	18.314.504	18.314.504
	-----	-----
	27.824.781	27.824.781
	=====	=====

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

No exercício de 2024 não foram apurados dividendos mínimos obrigatórios e não houve movimentação dos saldos de dividendos a pagar.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de benefícios fiscais

A reserva de isenção de impostos é constituída quando há redução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social dos benefícios fiscais e estaduais.

e. Ajuste acumulado de conversão

É registrado como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial de investimento no exterior, referente à controlada Santanense Argentina S.A.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

É registrado como ajuste de avaliação patrimonial, o reflexo de controlada sobre a mais valia apurada no reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo, líquida de impostos (vide nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras).

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2024	2023	2024	2023
Controladora:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial	271.892	222.190	-	-
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial	4	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	271.896	222.190	-	-
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial	271.892	222.190	-	-
Coteminas Argentina S.A.	-	-	5	5
	-----	-----	-----	-----
	271.892	222.190	5	5
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros receitas/(despesas)	
	2024	2023
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial	14.084	31.446
Coteminas S.A. – em recuperação judicial	1.374	(4.082)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial	(13)	(27)
Springs Global Participações S.A. – em recuperação judicial	(65)	37
Seda S.A.	268	-
Lat Capital Ltd.	34	-
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR – em Recuperação Judicial	1	-
Fazenda do Cantagalo Ltda. – em Recuperação Judicial	1	-
	-----	-----
Total	15.684	27.374
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em 2024, a Companhia adquiriu produtos intermediários da parte relacionada Coteminas S.A. – em recuperação judicial, no valor de R\$3.100 (R\$11.979 em 2023). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.- em recuperação judicial e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. Em 2024, foram apropriadas despesas de aluguel no valor de R\$275 (R\$826 em 2023).

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

14. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos impostos:	(165.391)	(94.606)	(165.391)	(94.586)
Equivalência patrimonial	46	(665)	-	-
Diferenças permanentes	19	(5.231)	19	(5.231)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(165.326)	(100.502)	(165.372)	(99.817)
Alíquota de 34%	56.211	34.171	56.226	33.938
Créditos fiscais não constituídos	(52.182)	(34.171)	(52.199)	(34.171)
Outras deduções líquidas	(2)	-	-	-
Ajuste ao lucro presumido	-	-	-	213
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	4.027	-	4.027	(20)
	=====	=====	=====	=====
Impostos correntes	-	-	-	(9)
Impostos diferidos	4.027	-	4.027	(11)
	=====	=====	=====	=====

b. Impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos, registrados nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e de suas controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldos em 2024
Consolidado:				
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias	4.028	-	-	4.028
Prejuízo fiscal, líquido	36.216	-	-	36.216
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	(4.027)	4.027	(13.650)	(13.650)
	-----	-----	-----	-----
	36.217	4.027	(13.650)	26.594
Imposto diferido passivo:				
Propriedades para investimento (2) (3)	(5.166)	-	(13.650)	(18.816)
Diferenças temporárias	(4.027)	4.027	-	-
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	4.027	(4.027)	13.650	13.650
	-----	-----	-----	-----
	(5.166)	-	-	(5.166)
	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquido	31.051	4.027	(13.650)	21.428
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante	36.217	4.027	(13.650)	26.594
Total do passivo não circulante	(5.166)	-	-	(5.166)
	=====	=====	=====	=====

(1) Reclassificações efetuadas para apresentação do balanço.

(2) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

(3) Na avaliação inicial a valor justo do imóvel da Controladora, foi reconhecido o imposto diferido passivo de R\$19.500. Em 31 de dezembro de 2024, para refletir a carga tributária efetiva futura, a Companhia ajustou os valores de impostos diferidos em R\$5.850, uma vez que a legislação vigente limita a compensação de prejuízo fiscal a 30% do lucro líquido ajustado. Essa limitação deve ser considerada na mensuração inicial do passivo, que será realizado ao longo do tempo por meio de ganhos que terão tributação efetiva inferior.

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse exercício e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2026	-	949	949
2027	-	1.632	1.632
2028	-	1.766	1.766
2029	-	2.033	2.033
A partir de 2030	4.028	29.836	33.864
	-----	-----	-----
	4.028	36.216	40.244
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$220.463 em prejuízos fiscais (R\$84.726 em 31 de dezembro de 2023) e R\$220.475 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$84.614 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	24.421	23.773	24.421	23.773
Pis e Cofins a recuperar	1.396	7.001	1.396	7.001
INSS a recuperar	53	53	53	53
Imposto de renda e contribuição social antecipados	9.813	7.028	9.813	7.028
Outros	141	128	141	128
	-----	-----	-----	-----
Circulante	(11.414)	(8.200)	(11.414)	(8.200)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	24.410	29.783	24.410	29.783
	=====	=====	=====	=====

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os impostos devidos e parcelamentos consolidados são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos e contribuições federais	112.033	87.920	112.033	87.920
Outros parcelamentos	2.093	1.934	2.093	1.934
	-----	-----	-----	-----
Circulante	114.126 (25.392)	89.854 (20.325)	114.126 (25.392)	89.854 (20.325)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	88.734	69.529	88.734	69.529
	=====	=====	=====	=====

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2025	2026	2027	2028 a 2031	Total
	-----	-----	-----	-----	-----
Impostos e contribuições federais	24.154	21.159	21.159	45.561	112.033
Outros parcelamentos	1.238	855	-	-	2.093
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	25.392	22.014	21.159	45.561	114.126
	=====	=====	=====	=====	=====

A Companhia possui parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. Em 23 de julho de 2024, o Grupo protocolou junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) proposta de Transação Tributária Individual, com fundamento na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN nº 6.757/2022, abrangendo integralmente os débitos federais inscritos em dívida ativa.

O procedimento segue em análise pela PGFN, que realiza avaliação da situação econômico-financeira da Companhia para fins de enquadramento administrativo e definição das condições finais da transação. Até a conclusão da análise e eventual homologação, não há efeitos contábeis a reconhecer. Eventuais ajustes serão registrados quando houver decisão definitiva e vinculante.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Vencimentos	Controladora e consolidado	
			2024	2023
Imóveis	10,34	2026	-	946
Veículos	10,34	2024	-	45
			-----	-----
			-	991
Circulante			-	(769)
			-----	-----
Não circulante			-	222
			=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2024			2023
	Imóveis	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	946	45	991	1.882
Adições	1.303	-	1.303	84
Baixas	(1.827)	-	(1.827)	-
Encargos	70	1	71	139
Pagamentos	(492)	(46)	(538)	(1.114)
	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	-	-	-	991
	=====	=====	=====	=====

Os efeitos no resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Arrendamentos pagos no exercício	538	1.114
Amortização de direitos de uso	(490)	(992)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(71)	(139)
Baixas, líquidas	94	-
	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	71	(17)
	=====	=====

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, considerando os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

16. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$11.032 e R\$4.664 respectivamente (R\$10.771 e R\$479, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos tributários correspondem a: (i) Mandado de Segurança referente a manutenção de débitos no parcelamento PRORELIT (R\$ 2.255); (ii) Auto de Infração referente a GILRAT (R\$ 2.800); e (iii) não homologação das compensações referente a COFINS (R\$ 2.830). Os principais cíveis correspondem a: (i) medidas para atender comunidades afetadas pelas chuvas e pelo estado de atenção da barragem de água Central Geradora Hidrelétrica ("CGH") (R\$ 1.000); e (ii) ação indenizatória com discussão sobre corretagem, submetida à conciliação nos termos do artigo 334 do CPC (R\$ 3.438).

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Tributários	11.303	10.826
Trabalhistas	15.926	4.199
Cíveis e outras	8.261	5.054
	-----	-----
	35.490	20.079
	=====	=====
Depósitos judiciais	7.868	7.712
	=====	=====

Tributários – Provisão sobre crédito complementar de PIS COFINS no valor de R\$10.682 (R\$10.337 em 31 de dezembro de 2023)

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis e outras--A Companhia estima gastos de aproximadamente R\$3.176 (R\$3.213 em 31 de dezembro de 2023) com demandas administrativas e judiciais, limpeza e demais adequações para a retomada da geração de energia nas Usinas, que foram inundadas com as chuvas de janeiro de 2022.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em		Baixas	Saldos em	
	2023	Adições		2024	
Tributários	10.826	477	-	11.303	
Trabalhistas	4.199	13.836	(2.109)	15.926	
Cíveis e outras	5.054	4.580	(1.373)	8.261	
	-----	-----	-----	-----	
	20.079	18.893	(3.482)	35.490	
	=====	=====	=====	=====	

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.362	27.585	3.363	27.586
Duplicatas a receber	6.601	38.456	6.601	38.456
Outros créditos a receber (c)	3.426	4.692	3.449	4.715
Depósitos judiciais	7.868	7.712	7.868	7.712
Partes relacionadas	271.896	222.190	271.892	222.190
Outros créditos a receber (nc)	-	12.773	-	12.773

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	205.970	177.196	205.970	177.196
Fornecedores	87.464	50.184	87.805	50.186
Outras contas a pagar	44.417	4.788	44.417	4.788
Empréstimos e financiamentos (nc)	33.234	35.983	33.234	35.983
Partes relacionadas	-	-	5	5
Outras obrigações	9.513	4.082	9.513	4.082

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter

decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2024	2023
Duplicatas a receber	6.607	18.189
Fornecedores	(6.483)	(5.069)
Empréstimos e financiamentos	(143.490)	(103.306)
Outras contas a pagar	(82)	(79)
Total da exposição em Reais	(143.448)	(90.265)
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(23.166)	(18.644)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2025	Alta do Dólar	(535)	(6)	(835)	(1.664)
2026	Alta do Dólar	(22.631)	(20.262)	(60.362)	(100.461)
		(23.166)	(20.268)	(61.197)	(102.125)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros

equivalentes à CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 11 e vencem substancialmente no curto prazo.

Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	2024			2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.423	542	-	3.965	3.425
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	620	-	4.532	3.919
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	4.401	698	-	5.099	4.409
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	611	-	4.523	3.919
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	2.091	331	-	2.422	2.095
(referência à nota explicativa nº 11)				20.541	17.767
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,2% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2029	3.910	469	-	4.379	4.117
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2029	14.060	1.820	-	15.880	13.514
(referência à nota explicativa nº 11)				20.259	17.631
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	18.864	1.686	-	20.550	18.448
(referência à nota explicativa nº 11)				20.550	18.448
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2029	1.575	12	-	1.587	1.525
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: maio/2029	3.141	68	-	3.209	-
(referência à nota explicativa nº 11)				4.796	1.525

Descrição	2024			2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	-	-	-	-	3.707
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: dezembro/2024	-	-	-	-	110
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027 (*)	-	-	-	-	2.654
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027 (*)	-	-	-	-	3.114
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2029	4.062	38	-	4.100	-
(referência à nota explicativa nº 11)				4.100	9.585
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: janeiro/2025	5.911	1.754	-	7.665	6.441
(referência à nota explicativa nº 11)				7.665	6.441
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2026	5.229	703	-	5.932	5.565
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	-	-	-	-	1.402
(referência à nota explicativa nº 11)				5.932	6.967
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: maio/2025 (*)	-	-	-	-	16.833
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	-	-	-	-	4.687
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	-	-	-	-	3.121
(referência à nota explicativa nº 11)				-	24.641

Descrição	2024			2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 155% do CDI Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2027	5.518	1.321	-	6.839	-
(referência à nota explicativa nº 11)				6.839	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 16,8% Contraparte: FIDC da Indústria Exodus Institucional Vencimento: junho/2025	3.500	-	-	3.500	-
(referência à nota explicativa nº 11)				3.500	-
	83.509	10.673	-	94.182	103.005

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2024, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2025	Alta do CDI	73.262	8.962	12.980	15.336
2026	Alta do CDI	48.570	6.750	11.121	13.477
2027	Alta do CDI	39.586	5.228	8.993	11.346
2028	Alta do CDI	35.822	4.440	8.280	11.009
2029	Alta do CDI	27.143	3.119	5.717	7.635
2030	Alta do CDI	18.156	2.143	3.255	3.940
2031	Alta do CDI	17.095	2.017	3.018	3.653
2032	Alta do CDI	15.563	1.842	2.747	3.325
2033	Alta do CDI	10.611	1.251	1.837	2.223
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito aos equivalentes de caixa. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial,

financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez— Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	287.722	83.189	164.661	14.624	25.248
Fornecedores	93.749	87.479	6.270	-	-
Partes relacionadas	5	-	5	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	381.476	170.668	170.936	14.624	25.248
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no exercício coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	239.204	213.179
Caixa e equivalentes de caixa	(3.363)	(27.586)
	-----	-----
Total da dívida líquida	235.841	185.593
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	99.103	216.765
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	334.944	402.358
	=====	=====

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui duas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	Consolidado	
	2024	2023
Vendas Líquidas:		
Brasil	39.288	82.924
Outros países	(3.737)	17.114
	-----	-----
	35.551	100.038
	=====	=====

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	56.740	122.448
Deduções das receitas	(21.189)	(22.410)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35.551	100.038
	=====	=====

20. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2024	2023
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(65.480)	(95.854)
Remuneração e benefícios a empregados	(43.326)	(61.711)
INSS	(4.252)	(4.157)
Depreciação e amortização	(9.887)	(10.767)
Varição dos estoques em processo e acabado	9.644	7.168
	-----	-----
	(113.301)	(165.321)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(41.656)	(64.078)
Custo de ociosidade	(45.050)	(66.309)
Vendas	(6.578)	(11.038)
Gerais e administrativas	(17.789)	(20.592)
Honorários da administração	(2.228)	(3.304)
	-----	-----
	(113.301)	(165.321)
	=====	=====

21. PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	2024	2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(161.364)	(94.606)
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	(51.747)	(30.339)
Ações preferenciais	(109.617)	(64.267)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	9.510.277	9.510.277
Preferenciais	18.314.504	18.314.504
	-----	-----
	27.824.781	27.824.781
	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias - R\$	(5,4411)	(3,1901)
Ações preferenciais - R\$	(5,9853)	(3,5091)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco Industrial do Brasil – Em janeiro de 2025, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$1.743, considerando taxa de juros anual de 12,0% com amortização em março/2025. Em março de 2025, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$1.659, considerando taxa de juros anual de 12,5% com amortização em junho/2025. Em junho de 2025, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$1.602, considerando taxa de juros anual de 12,8% com amortização em dezembro/2025. Os empréstimos são garantidos por notas promissórias.

Banco Fibra – Em junho de 2025, a Companhia entregou imóvel em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco, no valor total de R\$64.611 (R\$5.139 em empréstimos da Companhia) via mútuo com a empresa proprietária do imóvel (CSA).

Banco ABC - Em setembro de 2025, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$17.342, considerando vencimento até dezembro de 2030. A amortização do principal de R\$2.434 até outubro de 2025 e saldo remanescente em parcelas mensais a partir de janeiro de 2026 e taxa de juros Selic + 1%a.a. Os empréstimos são garantidos por alienação fiduciária.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

b) Outros eventos subsequentes

Grupamento de ações - Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de março de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 4 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

* * * * *



COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE
(em recuperação judicial)
CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9
Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2024, emitido nesta data.

Montes Claros-MG, 28 de novembro de 2025.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora



COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE
(em recuperação judicial)
CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9
Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Montes Claros-MG, 28 de novembro de 2025.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora